



A importância do acesso ao diagnóstico e monitoramento das leucemias no Estado do Rio de Janeiro

As leucemias representam um importante desafio para a saúde pública brasileira. De acordo com as Estimativas de Incidência de Câncer do Instituto Nacional de Câncer (INCA) para o triênio 2026-2028, são esperados 12.220 novos casos de leucemia por ano no Brasil. No Estado do Rio de Janeiro, a estimativa é de 890 novos casos anuais, evidenciando a relevância da doença para a rede estadual de atenção à saúde.

As leucemias são cânceres que se originam na medula óssea e comprometem a produção normal das células sanguíneas. Entre os principais tipos estão a Leucemia Mieloide Aguda (LMA), a Leucemia Mieloide Crônica (LMC), a Leucemia Linfóide Aguda (LLA) e a Leucemia Linfocítica Crônica (LLC). Embora os avanços terapêuticos observados nas últimas décadas tenham contribuído para aumentar a sobrevida dos pacientes, especialmente com a ampliação do acesso às terapias-alvo e ao transplante de medula óssea, o diagnóstico precoce e o monitoramento adequado permanecem fundamentais para garantir melhores resultados clínicos, reduzir complicações e evitar a progressão da doença.

A Leucemia Mieloide Crônica (LMC) merece atenção especial por ser uma doença diretamente associada à presença do cromossomo Philadelphia e da fusão gênica BCR-ABL, alteração molecular responsável pelo desenvolvimento da doença em mais de 95% dos pacientes. Essa alteração leva à produção de uma proteína anormal que estimula a proliferação descontrolada das células leucêmicas.

Atualmente, existem terapias-alvo altamente eficazes para o tratamento da LMC, capazes de proporcionar controle prolongado da doença e significativa melhora na qualidade e expectativa de vida dos pacientes, no entanto, o sucesso desse tratamento depende diretamente do acompanhamento contínuo da resposta terapêutica por meio de exames específicos de monitoramento molecular.

Reconhecendo essa necessidade, o Ministério da Saúde incorporou ao Sistema Único de Saúde (SUS), por meio da Portaria nº 57, de 18 de novembro de 2019, os exames de Reação em Cadeia da Polimerase por Transcriptase Reversa (RT-PCR) qualitativo e quantitativo.

O PCR-ABL é considerado o principal instrumento para o monitoramento da resposta ao tratamento. Trata-se de um exame altamente sensível, capaz de detectar quantidades mínimas de células leucêmicas no organismo e medir a carga molecular da doença ao longo do tempo. Sua realização periódica permite verificar se o tratamento está funcionando adequadamente, identificar precocemente sinais de resistência terapêutica, orientar ajustes na conduta médica e reduzir o risco de progressão da doença.

Além disso, o monitoramento molecular adequado possibilita intervenções precoces antes mesmo do surgimento de sintomas ou alterações clínicas mais graves, contribuindo para melhores desfechos e maior sobrevida dos pacientes. Por esse motivo, o acesso regular ao PCR-ABL não deve ser entendido apenas como um exame complementar, mas como uma ferramenta indispensável para a assistência integral e segura das pessoas que vivem com LMC.

Um levantamento realizado pela Associação Brasileira de Câncer do Sangue (Abrale) identificou por meio do apoio ao paciente 12 pessoas no Rio de Janeiro que não conseguiram realizar o exame de monitoramento molecular BCR-ABL desde 2020. Entre esses pacientes, nove são mulheres, sendo a maioria jovens entre 20 e 24 anos, em plena idade produtiva e socialmente ativa.

Embora o número represente apenas os casos que chegaram ao conhecimento da Abrale, ele evidencia a existência de barreiras assistenciais no acesso a um exame essencial para o acompanhamento da doença e sugere que o problema possa ser ainda mais amplo, considerando que nem todos os pacientes conseguem registrar formalmente suas dificuldades junto aos serviços de saúde ou às organizações de apoio.

Nesse contexto, cada paciente sem acesso ao monitoramento adequado representa uma fragilidade na linha de cuidado prevista pelo SUS, comprometendo a avaliação da resposta ao tratamento e aumentando o risco de piores desfechos clínicos.

A falta de acesso ao monitoramento molecular compromete a avaliação da resposta ao tratamento, dificulta a tomada de decisões clínicas e reduz a capacidade das equipes de saúde de identificar precocemente falhas terapêuticas ou sinais de progressão da doença. Consequentemente, os pacientes podem perder oportunidades de intervenções mais efetivas, aumentando o risco de agravamento do quadro clínico,



internações, complicações e redução da qualidade de vida. Em uma doença para a qual existem tratamentos eficazes e parâmetros objetivos de acompanhamento, a indisponibilidade do exame representa uma importante fragilidade na linha de cuidado e compromete o pleno aproveitamento dos avanços científicos já incorporados ao SUS.

Diante desse cenário, torna-se fundamental fortalecer a organização da rede de atenção onco-hematológica no Estado do Rio de Janeiro, garantindo o acesso oportuno aos exames incorporados ao SUS, ao diagnóstico adequado e ao monitoramento contínuo dos pacientes com leucemia.

A efetiva implementação dessas políticas já estabelecidas é essencial para reduzir desigualdades no acesso ao cuidado, melhorar os desfechos clínicos, qualificar a assistência prestada e assegurar que os avanços científicos disponíveis alcancem todos os pacientes que deles necessitam.

Isadora Cupertino de Lima
Analista de Políticas Públicas e Advocacy da Abrale